

## **O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA NO MARANHÃO: PRIMEIRAS PEGADAS NO CAMINHO.**

Jerry W.R Salazar<sup>1\*</sup>, Mateus V.P de Oliveira<sup>2</sup>, Maria de F. R. F. Lauande<sup>3</sup>

1. Pesquisador do PPGE - UFMA

2. Estudante de Enfermagem na Universidade Federal do Maranhão - UFMA

3. UFMA-PPGE- Departamento de Educação II/Orientadora

### **Resumo:**

Este artigo é fruto de pesquisa realizada e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Aborda o percurso histórico de implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC no estado do Maranhão, por meio de análise qualitativa dos primeiros dados levantados sobre oferta e operacionalização das formações continuadas para professores alfabetizadores. Objetiva-se explicitar sucintamente seus antecedentes políticos educacionais e articulações institucionais mantidas com a UFMA e no Maranhão. Fundamentamos essa pesquisa em Scheibe (2010), Oliveira (2007), Frigotto (2003). Os resultados lançam luz em aspectos que poderiam ser melhorados sobre os meandros de operacionalização do PNAIC desde sua implantação em 2013 até 2015. Observamos tímidas iniciativas de mudança em 2016 e 2017. Por fim, fazemos algumas considerações provisórias no sentido de superação dos desafios citados e implementação mais efetiva em 2018.

**Palavras-chave:** PNAIC; Desafios; Experiência maranhense.

### **Introdução:**

Na história do Brasil, temos vivenciado a dura realidade de identificar que muitas crianças têm concluído os anos Iniciais do Ensino Fundamental sem estarem plenamente alfabetizadas (BRASIL, 2015, p.10).

Em dados de 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após levantamento realizado ao longo de 2016 por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD, aponta o Nordeste como a região com mais pessoas analfabetas (14,8%), seguida pelo Norte (8,5%). O Maranhão ocupa o terceiro lugar no ranking nacional do analfabetismo com 16,7%. Lamentavelmente, Alagoas ocupa o primeiro lugar nesse mesmo ranking com 19,4%.

Localizado numa área de transição entre a região Norte e Nordeste, o Maranhão ocupa 333 mil km<sup>2</sup>. Em decorrência de sua localização seu solo combina uma diversidade de recursos naturais, desde floresta, campos, cerrados, manguezais e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, considerado o único deserto brasileiro com mais de 200 km de dunas. O Maranhão reúne um conjunto ímpar de belezas naturais (FIEMA,2009). Contrapondo-se à sua condição geográfica privilegiada, o estado concentra muitas carências sociais. De acordo com dados do IBGE (2012) a população maranhense somava 6.574.789 habitantes e a estimativa populacional em 2016 era de 6.954.036, nesse sentido, pode-se afirmar que atualmente já chegamos a marca de 7 milhões de habitantes.

Nas políticas educacionais observa-se uma centralidade na formação de professores, isto porque há o entedimento de que os professores são os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos (SHEIBE, 2010). Reiteramos a ideia de que a formação do professor se constitui um fator essencial, junto de outros, para realização de um trabalho educativo favorecedor do desenvolvimento humano. No entanto, o analfabetismo não é uma decorrência linear de um único fator, mas sim dos processos de exclusão e marginalização, das desigualdades sociais e econômicas, geradas nas formas de organização do trabalho, que prevaleceram ao longo da história.

Nossa pesquisa tem ainda o interesse em refletir sistematicamente sobre o PNAIC. Objetiva-se explicitar sucintamente os antecedentes históricos, políticos e educacionais e operacionalização do PNAIC no Maranhão, no sentido de apontar algumas possibilidades de superação dos desafios que se colocam frente a alfabetização e sua implementação mais efetiva em 2018.

### **Metodologia**

A princípio foi feita uma análise sobre a alfabetização no Brasil, bem como o contexto em que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC foi originado. Para tal pesquisamos suas ações de operacionalização do PNAIC. Por conseguinte, tornou-se indispensável a consulta de atas de reuniões, bem como realizar observação não participante das formações ofertadas aos professores que compõem a rede de formadores.

A pesquisa aqui apresentada é de natureza qualitativa, pois se situa entre aquelas que buscam fazer mediação entre marcos teórico-metodológicos e a realidade empírica. De acordo com Minayo (2008), os métodos quantitativos têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática. Suas investigações evidenciam a regularidade dos fenômenos. Como um dos procedimentos de pesquisa utilizamos a entrevista aberta ou em profundidade, em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade à reflexão (MINAYO, 2010). Assim, ao utilizarmos a categoria dialética de análise compreendemos nosso objeto de estudo- o PNAIC, como constituído e constituidor das relações sociais

que o cerca, tendo objetivos, finalidades e conhecimentos bem definidos no contexto de uma totalidade de uma prática social, conforme referência dos estudos de Karel Kosik (1976). Busca-se, portanto, a representatividade qualitativa, pois o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações [...] que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Os sujeitos participantes da pesquisa são aqueles que atuam direta ou indiretamente das ações de formação do “PNAIC”, quais sejam: os professores formadores, professores orientadores (as), coordenadores (as) locais (geral e adjunta); coordenadores das formações continuadas, a equipe pedagógica do Centro de Formação de Educadores da SEMED-São Luís, pois acreditamos que estes constituem amostra necessária para se analisar de forma coerente e aproximada das formações ofertadas pelo PNAIC a nível de Maranhão.

A história do tempo presente, como reconhece Ferreira (2012), é constituída de moradas provisórias. Desse modo, reconhecemos que a leitura dos dados, embora realizada de forma reflexiva e sistemática, não ocorre isenta das questões ideológicas, políticas, culturais e sociais que influenciam o contexto em que se insere.

Para a leitura dos dados buscamos inspiração teórica na análise categorial de conteúdo, a qual apresenta os seguintes passos para operacionalização e interpretação dos dados: pré-análise, consiste na organização do material a ser analisado; exploração do material verificado pela categorização; e interpretação (BARDIN, 1977), no sentido apontado por Triviños (1987), “desvendar as ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios e diretrizes etc.”

A sessão solene, realizada no dia 18 de fevereiro de 2013, marcou o lançamento do PNAIC no Maranhão. Dela participaram os representantes das instituições comprometidas direta e indiretamente com pleno desenvolvimento das crianças maranhenses, entre vários discursos, destaca-se o proferido pelo reitor da UFMA, Natalino Salgado, ao reconhecer na ocasião que o Maranhão tem 19,1% de sua população na condição do analfabetismo e que a meta do PNAIC seria de reduzir esse índice para 9,1% até 2015. Porém, dados divulgados pelo IBGE por meio da PNAD realizada ao longo de 2016 e divulgada em 2017, dão conta de que embora tenhamos saído do 1º lugar em analfabetismo, a meta projetada no lançamento PNAIC, não foi alcançada, pois ainda amargamos o triste índice 16,7%, o ranking nacional do analfabetismo, ocupando assim o terceiro lugar.

O PNAIC começou a marcar seus primeiros passos em 2013, entendendo que “o caminho se faz caminhando” (FREIRE, 2003), é logo em 2013 que encontra também suas primeiras dificuldades de operacionalização. Assim, por dois anos consecutivos, as dificuldades relativas à produção e distribuição dos Cadernos de Formação concorreram para o adiamento do início da formação e conseqüentemente em condesação do cronograma, a consequência a realização de formações em etapas mensais foi o comprometimento dos conteúdos das formações, embora a carga horária tenha sido preservada, nota-se que o aproveitamento dos professores ficou aquém do que se esperava. Algo que gerou várias queixas e insatisfações. Outro fator que insistiu em se fazer notar foi mobilidade de professores durante todas as edições do Pacto, em especial o ano de 2014 – Copa do Mundo, a alternativa foi redimensionar as formações, sobretudo, devido o atraso das bolsas e alegação de muitos municípios de que não dispunham de recursos para garantir as condições necessárias de oferta. Pode-se dizer que os problemas de operacionalização do PNAIC são creditados às dificuldades de cumprir prazos, materiais didáticos e ruídos na comunicação.

No Maranhão, o PNAIC envolve 6 (seis) polos: Imperatriz (34 municípios), São Luís (43 municípios), Pinheiro (42 municípios), Caxias (17 municípios), Presidente Dutra (32 municípios) e Bacabal (33 municípios). São 938 professores orientadores e 32 professores formadores para alfabetizar 22 mil e 571 alunos de 201 municípios maranhenses (JESUS; RAMOS, 2016).

O desenvolvimento da formação no âmbito do PNAIC caracteriza-se como processo entre pares, ocorre de forma presencial, envolve diretamente a equipe de cada universidade, integrada por coordenador geral, coordenador adjunto, supervisores e formadores, bem como as equipes municipais e estaduais constituídas por coordenadores locais, orientadores de estudo e professores alfabetizadores. A composição de essas equipes e os critérios de seleção de seus membros são preconizadas pela Resolução MEC n. 4, de fevereiro de 2013. No quadro a seguir discrimina-se a carga horária da formação por ano e a categoria (BRASIL, 2014; BRASIL, 2015).

#### **Demonstrativo de carga horária da formação PNAIC por ano de vigência**

<b>Ano</b>	<b>Professor alfabetizador</b>	<b>Orientador de Estudo</b>	<b>Coordenador Local</b>
2013	120 h	200 h	40 h
2014	160 h	200 h	40 h
2015	80 h	100 h	32 h

Fonte: Documentos orientadores do PNAIC 2014 e 2015

Segundo Luz e Ferreira (2013), PNAIC deu continuidade aos programas implementados durante o governo Lula (2003-2010) focados na relação formação, trabalho docente e avaliação como estratégia para atingir melhores resultados nas avaliações nacionais em curso. Acrescentamos à análise a percepção de que o PNAIC em certa medida fortalece a política de formação de professores em andamento no país, porém necessita articular com mais efetividade a formação com a avaliação e garantir a disponibilização de materiais, haja vista que, esse é um dos seus diferenciais, diante dos programas de formação continuada anteriores.

Nas análises sistemáticas realizadas até o momento, observa-se que as propostas e ações desenvolvidas no contexto da política educacional maranhense para o enfrentamento do analfabetismo não têm sido efetivas. Soma-se a isso a constatação de que o PNAIC se trata de uma política de governo e não de estado, o que de certo modo pode contribuir para sua dificuldade de efetivação. Logo, pois, os resultados obtidos até

momento nos conduzem a discordar dos meandros de sua operacionalização no recorte temporal compreendido desde sua implantação em 2013, e nos anos seguintes até 2015. Observam-se tímidas iniciativas de mudança em 2016 e 2017. Tal reconstrução histórica nos permite sugerir algumas considerações no sentido de superação dos desafios citados durante para operacionalização das ações em 2018.

#### **Conclusões:**

A partir das análises dos dados colhidos duante a pesquisa, confirmamos que o PNAIC em nossa análise, é compreendido enquanto instituidor de políticas curriculares, na medida em que se caracteriza como parte de um movimento de orientações no contexto da defesa de uma Base Nacional Comum Curricular. Sobretudo, por observar argumentos favoráveis à necessidade dessa base comum, nos textos oficiais do pacto. Portanto, articulando a compreensão sobre currículo como elemento instituinte de políticas curriculares Arroyo (2011).

Constatamos que na particularidade do PNAIC, o Maranhão guarda muitas características em comum com o restante do Brasil, ao mesmo passo que em certos pontos se assemelha com o restante do mundo, principalmente em tempos perversos de globalização. Algumas mazelas nacionais e internacionais também têm cidadania maranhense, a exemplo dos indicadores educacionais que denunciam o analfabetismo e que se colocam desafiadores do poder público, dos profissionais da educação, da população em geral, de todos os que convivem com esse círculo vicioso de atraso educacional, econômico político e social.

É importante ressaltar que as mazelas do analfabetismo em nosso país advêm de problemas estruturais e estruturantes criados e retroalimentados como mecanismo de opressão há muitos e muitos anos. Como bem lembrou Darcy Ribeiro em 1977, por ocasião da 29ª Reunião da SBPC que ocorrera na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP): “a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”.

Faz-se necessário lançar luz à ideia de organização curricular apresentada pelo Pacto, por encaminhar-se no sentido da homogeneização, com a proposição de protocolos, de definições que deixariam a escola e seus professores no papel de fazer adaptações, ajustes na execução.

Notamos ainda que o PNAIC apresenta latente necessidade de criação de mecanismos próprios de avaliação de seus processos formativos. Haja vista que os resultados das avaliações externas oficiais -a título de exemplo podemos a ANA- Avaliação Nacional da Alfabetização e a Provinha Brasil, que guardadas suas proporções ambas têm dado origem a questionamentos sistemáticos a respeito do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em virtude da constatada incidência do fracasso escolar da rede pública nesta etapa da escolarização.

Sugerimos aos gestores municipais, com vistas a contribuir para a efetividade do PNAIC, que não façam adesão ao Pacto tardiamente, pois tal prática costuma causar impactos negativos nas formações.

Há muito ainda a dizer, escrever, pesquisar, analisar e fazer sobre a experiência do PNAIC no Maranhão, mas o limite do aqui e agora leva-nos à parte final deste texto. A decisão de escrever sobre as primeiras pegadas do PNAIC teve por pressuposto o entendimento de que estas representam as especificidades, as peculiaridades do pensar, do posicionar-se, do olhar, da compreensão, da organização, da execução, da avaliação e das decisões que ganharam conotação própria, independente da motivação alegada.

Nesse contexto, a alfabetização tem se constituído um grande desafio para o Brasil. Como forma de se superar esse cenário foi criado em 2012 o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade certa (PNAIC), programa do Governo Federal que firma compromisso de alfabetizar todas as crianças brasileiras até 8 anos de idade, i.e., até o 3º ano do ciclo de alfabetização.

#### **Referências bibliográficas**

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização: Caderno de apresentação. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2015.

\_\_\_\_\_. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: currículo inclusivo: o direito de ser alfabetizado: ano 3: unidade 1 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992-2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2016-2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <<http://oei.es/quipu/brasil/estatísticas/analfabetismo2003.pdf>> Acesso em: 7 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>. Acesso em: 7 de fev. 2018.

BIRDIN, Lawrence. **A análise do conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1977.

FREIRE, Paulo e HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e histórica do tempo presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Ferai; MATA, Sérgio da (Orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FIEMA. PDI 2020: **Plano estratégico de desenvolvimento industrial do Maranhão**, 2009.

JESUS, Dourivan Camara Silva de; RAMOS Conceição de Maria Moura Nascimento. **O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa no Maranhão**: provocações e marcas de um percurso em andamento. In: CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; CASTRO, Cesar Augusto (Orgs.). Livro, leitura e leitor. São Luís: Café e lápis; EDUFMA, 2016.

LUZ, Iza Cristina Prado da; FERREIRA, Diana Lemes. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: formação avaliação e trabalho docente em análise. 26º simposio brasileiro da ANPA. Recife –PE, 2013. Disponível em <http://www.anpae.org26/1comunicacoes/izaCristinaPradodaluzComunicacaooral-int.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1947.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 12ª edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2010.

RIBEIRO, Darcy. **“O estado da educação”**. Carta: falas, reflexões, memórias. Brasília, DF: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, n.3, p.11-22. 1994.

\_\_\_\_\_, Darcy. **“Sobre o óbvio”**. Discurso por ocasião da Conferência de Abertura da 29ª Reunião da SBPC, ocorrida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Disponível em: <[http://www.biolinguaem.com/biolinguaem\\_antropologia/ribeiro\\_1986\\_sobreobvio.pdf](http://www.biolinguaem.com/biolinguaem_antropologia/ribeiro_1986_sobreobvio.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SCHEIBE, Leda. **Valorização e Formação dos Professores para a educação básica**: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. Educação & Sociedade, v.31, n.112, 2010.